



ACTA N.º 6

A redacção da presente acta foi feita a partir da gravação sonora da sessão. Há a referir que, em situações relevantes e não contempladas na gravação, o texto explicativo é apresentado entre parêntesis e a itálico. Quando a má qualidade da gravação não permitir a sua reprodução, a parte da intervenção em falta é identificada com (...).

Aos oito dias do mês Junho do ano de dois mil e seis reuniu, em sessão extraordinária, pelas vinte e uma horas, no Salão Gago Coutinho da Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém sito em Lisboa, a Assembleia de Freguesia com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto 1 – Ratificação do Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia para o corrente ano de 2006;
Ponto 2 - Segunda revisão orçamental de 2006.

Presidente da Mesa: Ora muito boa noite a todos! Vamos dar início a esta sessão extraordinária que tem como ordem de trabalhos o Ponto 1: Ratificação do Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia para o corrente ano de 2006, e como Ponto 2: A segunda revisão orçamental de 2006. Eu quero informar todos os presentes que há aqui algumas alterações nos lugares. Aqui na Mesa temos a substituir Teresa Paradela, Carlos Ataíde Garcia. Ainda na Bancada do PSD temos Maria Isabel Falcão a substituir o Vítor Gonçalves, e damos-lhes as boas vindas. É a primeira vez que está aqui presente. Temos também Luís Ribeiro Rosa a substituir o Pedro Saraiva e temos ainda uma substituição do Sr. Avelino Guedes Cibrão que está a ser substituído pela Maria Ivone Oliveira a quem eu também desejo, dou as boas vindas. Vamos iniciar esta sessão com, a pedido do Sr. Presidente do Executivo, para fazermos aqui um parêntesis e termos aqui uma pequenina cerimónia, da qual ele nos vai dar conta. Dou a palavra ao Sr. Presidente do Executivo...

(Com a anuência dos membros da Assembleia a sessão foi interrompida por breves minutos a fim de ser prestada uma homenagem à senhora D. Rosa Fanado pelos vinte e cinco anos ao serviço da Freguesia de Santa Maria de Belém. Seguidamente foi dada continuação à ordem de trabalhos)

Presidente da Mesa: Depois desta pequena comemoração de agradecimento à Sra. Funcionária, a Sra. D. Rosa Fanado, vou dar então início à participação do público e desde já pergunto quem é que quer intervir. Sr. Afonso Martins... não, estou a ver se há mais alguém... mais ninguém? Então temos só a intervenção e a inscrição, neste momento, apenas do Sr. Afonso Martins, dou-lhe desde já a palavra. Eu pedia para chegar ao microfone que está ali naquele lado...

Afonso Martins: Boa noite!
(...)

Esta intervenção não ficou registada na gravação. Solicitou informação sobre passadeiras, colocação de pilaretes, Lei das rendas, acção de saúde promovida pela junta para despiste de colesterol.

Presidente da Mesa: Muito obrigada! Há mais alguma intervenção por parte do público? Se não houver mais nenhuma inscrição, eu dou a palavra ao Sr. Presidente para esclarecimentos...

Presidente do Executivo: Obrigada, Sra. Presidente! Bem, primeiro aspecto: passadeiras! Quanto às passadeiras, há aí alguns casos gritantes, nós temos um receio concretamente neste caso, porque me estou a lembrar de alguns recentes em que pedimos a intervenção da Câmara, posso falar concretamente já em dois, muito rapidamente, ali na Rua do Alto Duque, no cruzamento com a Rua Damião de Goes, pediram-me para aguardar mais um pouco porque a Câmara neste momento está com alguma dificuldade na capacidade de resposta aos pedidos que tem neste momento em carteira. Mas todos os casos que nós estamos a assinalar, estamos a comunicar e estamos atentos para ver se o mais rapidamente possível conseguimos ter esses casos resolvidos, de passadeiras. Alguns, relativos a sinalética, por exemplo, ou outro tipo de sinalética, nós, quando são casos até mais urgentes, temos avançado nós próprios com medidas, directamente, de acção directa. Estou-me a lembrar agora aí de um outro caso que estava perigoso, era preciso pôr uns espelhos, vamos colocar lá agora um espelho, não vamos esperar pela Câmara. Nalguns pilaretes, nalguns casos mais urgentes também, estão com dificuldade de dar resposta, a Câmara, que é o pelouro da Vereadora, da Vereadora... estou-me a lembrar agora das passadeiras, a Marina Ferreira... Portanto, estamos em cima disso, portanto... naquele caso, por exemplo, que me estou a lembrar da Damião de Goes, pediram-nos para termos um pouco de paciência agora porque estão com algumas dificuldades. Eu vou explicar por quê: a Câmara está numa situação financeira muito complicada, aliás sempre está, de há vários anos, mas pronto. Mas de qualquer forma neste momento está especialmente complicada porque houve um processo eleitoral ainda, ainda se estão a recompor, e neste momento eu sei que vão fazer uma Assembleia, uma sessão de Câmara para aprovar o Orçamento rectificativo e uma Assembleia Municipal para esse efeito também. A seguir, vai ser este mês ainda de Junho. Para poderem ter meios financeiros para executar algum tipo de trabalhos. E este é um deles, as passadeiras... aquilo também quase todas as horas têm que se pagar ao pessoal, esse tipo de trabalhos custa dinheiro. E foi essa a resposta que me disseram, para ter um pouco de paciência, está a demorar um pouco, devidamente por causa desses problemas. Mas pronto, está-se a fazer o que se pode. Estamos em cima dos acontecimentos e a Junta, de qualquer forma, como tem feito noutras acções, em que vê que a Câmara está com alguma dificuldade, lá fazemos nós, na medida do possível, para dar tempo depois para que a Câmara possa ir resolvendo o resto dos problemas. Posso dar um exemplo: por exemplo, nos jardins, alguns que até era a Câmara que tinha de tratar, nós avançámos em alguns casos mais urgentes, porque também estão neste momento a tentar resolver os assuntos com a contratação de algumas empresas. Mas como as coisas não podem morrer, os investimentos não podem ir abaixo, temos estado a ver se vamos substituindo a Câmara nalguns aspectos mais urgentes. Portanto, a situação das

passadeiras, um pouquinho mais de paciência, de facto, mas a Câmara está a resolver isto. Acção de saúde: de facto houve ali algumas falhas, nessa do colesterol e na osteoporose, se não me engano. Esqueceram-se do produto, porque a gente para fazer esse trabalho... oiça, como em tudo na vida, assumimos essas falhas, nem tudo é perfeito, mas acho que no geral foi positivo. Teve uma grande participação e acho que foi uma acção que podemos, mais tarde, repetir ... o Lions Clube, que foi e entidade promotora com o nosso apoio, que levou isto para a frente. Portanto, acho que foi uma acção que podemos realizar de uma melhor forma numa próxima vez, tendo em atenção já a experiência que tivemos, já com estas duas acções anteriores, não é? Lei das rendas: de facto, eu sou a favor da lei das rendas. Não desta, mas de uma outra. Mas mesmo assim, apesar de ainda não as ter visto como deve de ser, acho que é importante, porque isto afecta muita gente, pela positiva e pela negativa, pronto. Depende do ponto de vista. O mercado de rendimento é fundamental começar a funcionar. Infelizmente não funciona ainda. Num país qualquer civilizado já funciona, mas somos um país de proprietários, se uma pessoa realmente prefere comprar uma casa e estar a pagar uma renda, uma casa de outra pessoa, como é lógico, por isso mesmo toda a gente vai comprando as casas, o que não acontece noutra parte da Europa. Geralmente em qualquer país da Europa Ocidental as pessoas arrendam com facilidade uma casa, a preços razoáveis. Aqui não é possível por enquanto. Penso que isto, com esta lei das rendas, depois com alguns aperfeiçoamentos, isto vai ao sítio. É uma questão de tempo. De qualquer forma, pode haver alguns casos mais complicados, como é evidente, nomeadamente gente reformada, mais idosa, mas há mecanismos correctores. De qualquer forma, acho que se pode pensar, um dia destes, eventualmente, porque isto toca toda a gente, eu posso tentar trazer cá alguém para fazer uma sessão... não é uma Assembleia de Freguesia, não é uma Assembleia, é mesmo uma sessão pública sobre as rendas para explicar, eventualmente a Dra. Margarida Grave, que fez agora um livro sobre arrendamento urbano... Pronto, mas eventualmente realizar aqui, acho que temos possibilidades de fazer isso. Está-nos realmente a dar uma boa ideia, é capaz de ser um tema interessante para vir cá uma pessoa e expor um pouco da lei do rendimento para as pessoas até exporem algumas dúvidas que tenham que as possam estar a angustiar, e portanto, é uma boa ideia, se calhar vamos tentar arranjar aqui uma sessão, agora em breve, que será devidamente publicitada, está bem? Pelos meios habituais aqui da Freguesia. Penso que não havia mais nada. Muito obrigado!

Presidente da Mesa: Muito obrigada, Sr. Presidente! Não havendo mais pedidos de esclarecimento por parte do público, vou de imediato passar à Ordem do Dia, e portanto ao primeiro ponto: “Ratificação do Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia para o corrente ano de 2006”. Estão abertas as inscrições. Maria João Faria! Mais alguém? Parece que mais ninguém... tem a palavra...

Maria João Faria: Eu gostava de saber quais foram os critérios que presidiram à atribuição destas verbas para a Freguesia de Santa Maria de Belém, porque, pelo que eu soube pela Comunicação Social, acho que a Câmara disponibilizou 95 milhões de euros para as 53 Freguesias. E portanto, eu gostava de saber quais foram os critérios de distribuição dos cerca de 195.000€ para a Freguesia de

Santa Maria de Belém. Como? 95 milhões foi o que eu li! Então vinha na Comunicação Social, pronto.

Presidente do Executivo: Peço desculpa, 9 milhões...

Maria João Faria: Em qualquer dos casos, eu gostava de saber quais os critérios que presidiram...

Presidente do Executivo: Foram 9 milhões e tal de euros...

Maria João Faria: ...para a atribuição a Santa Maria de Belém, porque deve ter havido critérios, não foi assim à toa...

Presidente do Executivo: Posso? Bem, os critérios que foram estabelecidos para Belém concretamente, não sei, porque os critérios são da Câmara. Portanto nós, vamos lá ver: as delegações de competências é a Câmara a transferir competências que são da Câmara para as Juntas poderem realizar, é um acto de livre vontade da Câmara. Depois nós aceitamos ou não aceitamos. O que eu constatei, de facto, é que ficámos mais ou menos, não estou a dizer que tenha sido nem melhor nem pior do que o ano passado, para já, temos possibilidades de melhorar, mas numa primeira linha verificámos que apenas em Lisboa que há 53 Freguesias, houve só cerca de 12 que tiveram um orçamento superior ao nosso. E portanto, tudo o resto foi para baixo. Foi superior ao do ano passado e ainda há o seguinte: é que, apesar de não estarem aqui, no domínio da saúde houve um critério que foi definido pela Câmara, pronto, e nós ou aceitávamos ou não aceitávamos, portanto aqui só tínhamos de aceitar o que queríamos e não aceitar o que não estivéssemos interessados, nós tentámos mostrar que estávamos interessados em ter o maior número de competências. Ainda hoje, por exemplo, me telefonaram a dizer se queremos, de facto, se mantemos o interesse em ter mais delegações de competências na parte, por exemplo, dos espaços verdes. Já disse que sim, porque vamos reformular, porque vai haver... isto não é um caso parado. Houve esta primeira fase, vão haver mais protocolos desde que as Juntas estiverem interessadas e a Câmara também, como é evidente. Portanto, mas já hoje me telefonaram se queríamos mais jardins e se queríamos directamente tratar deles. Eu já disse que sim, vamos preparar a resposta e o pedido. De qualquer forma, isto não é um processo parado. Vamos ter mais aditamentos a este protocolo da delegação de competências. É isso que está previsto. Não me admirará que exista mais um ou dois até ao final do ano. No referente ao sector, por exemplo, da acção social e da educação, eles optaram, e era o Vereador Sérgio Lipari, optaram mais por projectos, por isso é que não está aqui esses montantes, consoante os projectos, consoante os projectos que lá receberem forem aceites, eles vão dando as verbas para executar esse projecto. É uma filosofia um pouco diferente desta mas que também aceitámos, e estivemos aqui a trabalhar de uma forma bastante intensiva, para cumprirmos os prazos da entrega desses projectos, foram entregues vários, temos esperança, quer no domínio da acção social, quer no domínio da educação, vamos ter um número significativo de projectos e já é consequência, essa nossa capacidade de reacção, de termos recortado, entre aspas, uma prestação de serviços nesse domínio, a Dra. Madalena Múrias, que de facto tem sido um precioso auxílio, e também no

projecto da Intervir, a Dra. Ana Domingues e que realmente estiveram aí a trabalhar arduamente para prepararem essas fichas que foram entregues em devido tempo na Câmara. Portanto, acho que podemos estar satisfeitos, eu acho que... mas de uma forma realista estamos satisfeitos. Vamos querer mais, vamos querer mais. Mas de qualquer forma, acho que não... no conjunto geral de Lisboa, para termos só 12 Freguesias com mais dinheiro do que nós, acho que mesmo assim nos mexemos bem e conseguimos, de facto, que viessem verbas para cá... já aí não estou a contar com as da acção social e da educação. E portanto, isto foi onde mais estivemos a tentar ver em relação ao ano passado também, se o conseguíamos segurar. A situação da Câmara, foi-nos explicado que era bastante delicada, era difícil. É público, a situação financeira da Câmara, nesta altura. Por isso é que eles disseram que para já é isto que é possível. Querem? Querem! Não querem? Paciência! Quisemos. Estivemos a negociar, o que não foi fácil na altura, porque teve de ser muito rápido. Agora, isto pode-se ir melhorando a pouco e pouco, e a prova disso é que hoje já recebi aquele desafio para nos candidatar-mos a mais algumas verbas para algumas tarefas e algumas actividades que a Câmara nos possa delegar. Muito obrigado!

Maria João Faria: Portanto, pela leitura dos protocolos fiquei com a ideia que era um processo chave, visto que dizia que isto era para o ano de 2006. Mas pelos vistos, pode haver ainda aumentos em relação ao que já assinaram. Agora, outra questão: eu gostaria de conhecer os projectos. Acho que a Junta devia dar aos membros da Assembleia os projectos que entregaram na Câmara em relação... porque diz que é em relação à educação e ao social, que eles aceitaram por projectos, e que trabalham, trabalharam arduamente e apresentaram projectos. Eu gostaria de conhecer esses projectos.

Presidente do Executivo: Projectos... vamos lá a ver! Os projectos são fichas, de alguma forma volumosas, foram preparadas, mas podemos concertar, é um direito que os senhores membros da Assembleia de Freguesia têm, de conhecerem isso. Darei indicações depois para lhes darem, nem que seja as referências dos projectos, saberem o objecto, o sumário, depois o montante pedido a que nos estamos a candidatar. Também há outra coisa quanto aos critérios que também foi usado muito, por exemplo, nos jardins eram os metros quadrados, e depois se tem rega automática ou se não tem rega automática, se tem rega automática eles pagam um bocadinho menos, se não tem rega automática, pagam um pouco mais. Depois, nos outros da acção social, depende do número de crianças ou de idosos que estejam nos projectos, portanto, desse tipo de parâmetros. Portanto, foi com base nisso que a Câmara esteve a trabalhar. Agora, isto realmente tem efeitos retroactivos a 1 de Janeiro. E as tranches vêm, são trimestrais, 4 vezes ao ano, mas temos de fazer relatórios quadrimestrais, quadrimestrais, os relatórios. Portanto, por acaso na altura pedi que fossem só semestrais. Eles preferiam trimestrais, mas ficou ali no meio. Mas pronto. Passo aqui a palavra ao Sr. João Carvalhosa para completar.

João Carvalhosa: Só em relação aos projectos que nós apresentámos, apresentámos de facto mais projectos do que é costume, e isso é, de facto, como o Sr. Presidente já disse... na ocasião temos contratado uma técnica e temos uma técnica do Intervir a tempo inteiro cá. Os projectos, o sumário ou uma notícia

do que é que consistiam os projectos já foram publicados no Boletim. Agora eu acho que nós podemos obviamente disponibilizar os projectos, como é que são, não são muito práticos, enfim. Pode-se pôr na Internet, talvez, para consulta, ou resumo. O resumo, por exemplo, o Projecto Intervir tem 30 páginas, quer dizer, é muito exaustivo porque é muito técnico, muito, enfim... Mas se quiserem, obviamente os projectos são públicos, não são... nós teremos todo o prazer em mostrar. Agora, foi-nos dado mais projectos, foi apresentado, de facto, o do Intervir. Foi apresentado, por exemplo, um projecto de identificação e mapeamento dos espaços lúdicos existentes na Freguesia, que vai ser feito em colaboração também com as escolas, vai ser feito um inquérito aos alunos das escolas ainda antes do fim do ano, vai ser... está a ser feito todo o levantamento de espaços lúdicos formais e informais da Freguesia. Vai ser feita uma carta dos espaços lúdicos que depois vai ser publicada e distribuída, esta carta é, por exemplo... um espaço informal, um espaço onde todos nós sabemos que naquela rua há uns miúdos que jogam à bola, e portanto é o sítio ali de jogo de bola ali da rua. Isso é o que se chama, por exemplo, um espaço informal. Um espaço formal é como um campo de futebol que está construído, como aquele na Rua António Abreu. Apresentámos mais alguns projectos, e o último aliás, que já foi aprovado, foi um projecto que apresentámos ao IPJ para um ATL. Portanto, e que foi aprovado, chegou esta semana a resposta, chegou anteontem a resposta e com os montantes, portanto uma ocupação de tempos livres que vai incidir na área dos espaços verdes. Portanto, os jovens... hão de vir jovens da Freguesia ou para a Freguesia colaborar e aprender uma jardinagem, etc. e ajudar também. Portanto é aprendendo, ajudando.

Presidente do Executivo: Posso? Só muito rapidamente... vamos tentar associar, e aproveitando também o voluntariado que está a avançar em força, e esta técnica também está a fazer um pouco de coordenação do voluntariado, que era uma coisa que nos faltava para tentarmos agarrar boas vontades que existam nos diferentes domínios. Mas uma coisa que é muito importante porque cada vez se nota, pessoas com mais instrução mas menos educação. De uma forma geral, em falta de civismo, como se estragam coisas que são um bem público, é bem evidente. Até nos roubam bancos inteiros de jardim, porque aparecem estragados, plantas, enfim. Torneiras de bicas de água não demoram um dia, a estarem postas nos locais, partem para levar as torneiras, coisas assim do género. De maneira que vamos avançar com um projecto de cidadania, em que associamos isso à parte, por exemplo, do espaço público e dos espaços verdes, e também estão a tratar da jardinagem, e vão vendo o que é que está mal, como é que estão a ser tratados os jardins e também o espaço público em geral. Nisto jovens integrados aqui por pessoal nosso, no âmbito do voluntariado, associar essas duas componentes. Portanto, penso que isto é importante, para que as pessoas se virem alguém a estragar alguma coisa que é pública e que nós estamos a arranjar, que diga “não faça isso! Não vê que isso é de todos nós?”, e tal. Tentar numa boa transmitir isso, e também tentarmos indo arrançando as coisas estragadas onde achássemos que estejam deterioradas. Estarmos sempre em cima para... o mal é estas coisas ficarem estragadas e depois já ninguém pega nelas. Temos de vencer um pouco esta... temos de ser mais teimosos do que os vândalos, pronto! É isso que estamos a tentar fazer, mas também é uma questão de educação, dos miúdos nas escolas. E portanto civismo, mas civismo

associado aos espaços verdes e espaços públicos, está tudo muito ligado, porque as pessoas estragam esses jardins que são públicos, são de toda a gente... por quê? É só por estragar. Isto é falta de civismo, e as pessoas têm de começar a tomar consciência que eles próprios estão-se a prejudicar a eles próprios. Obrigado!

Presidente da Mesa: Sr. Fernando Costa, um momentinho só. Eu já agora também aproveito, Sr. Presidente, para propor uma sugestão com relação a esses projectos de boas práticas e de educação para a cidadania. Tal como já referi aqui numa outra sessão que gostaria também de ver trabalhado aqui na Freguesia um grave problema, a meu ver, para esta Freguesia, que é o estacionamento dos carros em determinadas zonas comerciais. Eu penso que se poderá aproveitar possivelmente um projecto desse tipo para também permitir que, aos fins-de-semana, haja uma sensibilização maior para os utentes, nomeadamente, a rua Duarte Pacheco Pereira, no sentido de aprenderem a estacionar os carros e a salvaguardar os direitos dos peões e das pessoas com deficiência em termos de locomoção. E agora dou a palavra ao Sr. Fernando Costa, e a seguir está também já inscrito o Sr. Alves Coelho.

Fernando Costa: Ora boa noite! Eu só queria, portanto, neste aspecto de que se estava aqui a falar dos espaços verdes, de saber quais foram os espaços verdes que estão atribuídos ao cuidado da Freguesia. Portanto, não sei se houve mais espaços verdes que ficaram agora sobre o domínio, portanto, da Freguesia ou se são os mesmos que existiam anteriormente. E, continuando neste tema dos espaços verdes: na última sessão aqui foi falado sobre aquela situação dos automóveis estacionarem em cima dos espaços verdes, que houve aquelas multas e que houve aqui até um certo protesto sobre isso. Penso que, eu pelo menos tenho lá passado, que essa tal situação da sinalização, estou a fugir um pouco à ordem de trabalhos, mas já agora era só para, portanto, como se insere neste tema dos espaços verdes, portanto, penso que aquela situação que foi aqui proposta, da sinalização para aqueles residentes poderem lá estacionar, parece-me que isso ainda não foi resolvido, pelo menos eu tenho passado lá e penso que ainda não foi resolvida essa tal sinalização que tinha sido solicitada. E além disso, queria fazer um reparo, porque na realidade, os carros não estavam realmente em cima da relva, porque não existe relva. Estão em cima de uma passeio, porque relva em todos estes espaços que vão aqui da Avenida do Restelo e Avenida das Descobertas, aqueles canteiros que deveriam ser de relva, não existem. Uns estão secos e outros são erva. Porque relva, na realidade, não existe. E isso é da, portanto, da atribuição da Câmara Municipal de Lisboa, portanto, esses chamados espaços verdes, e era para aproveitar, portanto, que, portanto, dentro deste tema, que a Junta de Freguesia fizesse, já que se está a preocupar em que os carros vão para cima da erva, que ao menos se preocupe em que exista lá mesmo relva. Porque se nós formos aqui realmente ver toda esta zona, que já foi realmente relvada, aquilo está tudo seco e pronto! Está realmente tudo deteriorado e precisava de ser mesmo tudo arranjado. Nem era só um canteiro, é a Avenida toda. Obrigado!

Presidente da Mesa: Muito obrigada! Passo a palavra agora ao Sr. José Alves Coelho...

Alves Coelho: Ora boa noite! Relativamente à questão dos protocolos, como sabem nós, foi no mandato em que estivemos também na Câmara Municipal que se começou com a descentralização, os protocolos, portanto, a delegação de competências. Portanto, estamos de acordo que isso tenha lugar. O que achamos é que algumas das verbas que estão contempladas nesta delegação de competências são relativamente baixas em relação a necessidades prementes da Freguesia. Estou-me a referir em particular à verba relativamente a Habitação Municipal, em que de facto há pelo menos 2 núcleos grandes de habitações municipais em muito mau estado e parece-nos que esta verba é muito reduzida. Por outro lado, penso que continua a haver grandes desequilíbrios, já tínhamos levantado essa questão aquando do Orçamento, e continua-se a verificar. Porque se formos ver as verbas orçamentadas para despesas com a população no que diz respeito à habitação, nós temos que, na generalidade para a população carenciada, está orçamentado para o ano 2006, 30.000€; para a habitação municipal, 33.800€. E por outro lado verifica-se que para uma actividade que ocupa apenas um fim-de-semana em que praticamente penso que não há equipas de Belém, como é o Belém Vólei, já vamos neste momento com 36.000€ orçamentados, o que não quer dizer que a despesa não seja superior, porque para essa actividade, de outras rubricas saem outras verbas. Portanto, eu penso que aqui há um desequilíbrio muito grande. É claro que nós já anteriormente pedimos um plano de intervenção para as casas municipais, hoje como é uma sessão em que não há período antes da ordem do dia, não abordo essa questão, mas deixo em aberto, para que na sessão que vamos ter ainda este mês, que nos seja apresentado qual é o plano de intervenção, porque de facto parece-nos que as quantias que foram protocoladas são muito baixas para um tipo de intervenção de fundo nestas áreas. E isto prende-se um pouco com a gestão camarária, como é evidente, a gestão financeira, porque fala-se que há dificuldades, mas essas dificuldades prendem-se, de facto, com uma gestão financeira que tem sido desastrosa. Há utilização de verbas elevadíssimas em actividades muitas vezes de fachada onde se dispense bastante dinheiro, e eu até vou procurar informar-me quanto é que a Câmara, por exemplo, investiu com o Rock in Rio, e ver depois para compararmos com estas verbas que são protocoladas para toda a cidade. E neste momento o que se verifica a nível da Câmara é que há serviços que estão parados por falta de peças, há máquinas paradas porque os fornecedores se recusam a fornecer peças por falta de pagamento. E no entanto, para actividades de fachada, isso continua a haver muito dinheiro. Daí é que há um grande desequilíbrio.

Presidente da Mesa: Muito obrigada, Sr. Alves Coelho! Eu penso é que esse assunto tem mais a ver com o Ponto 2, que diz respeito à Revisão Orçamental, mas de qualquer das maneiras já referiu o seu ponto de vista. Dou agora a palavra ao Sr. Eduardo Lopes...

Eduardo Lopes: A questão que eu queria levantar já aqui se falou, é só por isso. Portanto, é uma questão que talvez fuja um bocado à ordem de trabalhos, mas era a questão dos estacionamento nos espaços verdes. Nós temos na nossa cidade a Ex-Libris da cidade de Lisboa, que é a Torre de Belém. Só quem não vai ao pé da Torre de Belém e de ver os danos que lá se estão a fazer, tem um

parque de estacionamento a fazer desde, já desde do governo Camarário PS, junto à Universidade Moderna, não é? Tem lá um parque de estacionamento que está fechado, que cheira mal, que... junto ali àquela zona que passam os turistas, vem ali toda a gente bem e está ali um parque encerrado que seria um parque subterrâneo que não passa de um estaleiro mal acabado de obras e que não se faz nada. Era um caso. Um outro caso que queria falar, era que aquela relva que também lá existe, não sei qual é o protocolo que existe, se houve com a Universidade Moderna ou não, a verdade é que não há relva nenhuma. E está transformado um parque de estacionamento que deveria de ser um parque de estacionamento, está feito em cima desse espaço que deveria ser relvado e não está. A outra situação que queria ver também, também se prende com a situação local, é aquele edifício que pomposamente a Câmara escreveu lá que é o Largo da Torre de Belém, que tenha tido uma intervenção, aquilo está numa miséria de abandono, taipais caídos, está uma vergonha... e eu pergunto: a Junta como entidade que deveria ser vigilante do bom estado da Freguesia, parece-me que nestes casos concretos são anos e anos seguidos em que não se faz nada. Entretanto há aqui agora o que me foi dado a perceber, e eu não sei se isto aconteceu, em relação à Casa do Governador da Torre de Belém, que me parece mais uma, como é que hei de dizer, um “pato-bravismo” moderno... antigamente os patos bravos mandavam abaixo e arrasavam tudo. Ali mandaram tudo abaixo e deixaram umas paredes para fazer que o património era preservado. Aquilo não preserva nada, deixaram umas paredes ao alto para fazer que sim, aquilo que eu consegui indagar, começaram por deitar aquilo abaixo sem ter licença de demolição, para ter uma licença de demolição também já era preciso ter um projecto para saber o que era uma licença de recuperação e também não havia projecto, portanto, nada havia na Câmara, acho que é uma pouco vergonha, destruíram aquilo que era o Palácio do Governador da Torre de Belém, era um Palacete antigo, podem fazer lá aquilo que quiserem muito bonito, a verdade é que aquilo era um Património Histórico, era um edifício centenário, que está completamente esventrado, era um edifício centenário, tinha o pátio... desapareceu, as casas anexas desapareceram, desapareceu tudo. No fundo aquilo não vai ser nada, as casas que são, têm alguma beleza e algum interesse histórico, estão descaracterizadas. É a mesma coisa que chegar à Torre de Belém e dizer: “Ah, estes torreões agora não prestam, tira isto e tal”. Não, aquilo a traça para fazer o nosso património da cidade devia-se... as obras são interiores, não se devia destruir praticamente aquilo que está ali feito, como está ali a ser feito. Por outro lado, também queria, pronto, e era só isto...

Presidente da Mesa: Muito obrigada! Também aqui fugimos um bocadinho à ordem de trabalhos, mas vamos ver... há mais alguma intervenção? Mais nenhuma? Então eu vou passar a palavra ao Sr. Presidente para dar as respostas.

Presidente do Executivo: Obrigado, Sra. Presidente! Então vou deixar a resposta à intervenção do Sr. Alves Coelho para o ponto seguinte. Iria então começar a responder ao Sr. Fernando Costa. Jardins delegados na Junta de Freguesia: foram precisamente... na prática são precisamente os mesmos que estavam anteriormente delegados, tal e qual, com aquela pequena nuance, que ali está ocupada com o Hotel, e portanto, depois estamos a falar com o Hotel...

portanto, são esses jardins que estão delegados na Junta. Tal e qual. Tal e qual. Já fizemos concurso, já foi adjudicado a uma empresa que é a LUSIFOR, que desde o dia 1 de Junho começou a tratar dos jardins. Antes era um pouco, quase por boas vontades que iam arranjanado aquilo, agora já com base neste protocolo, já começámos a funcionar “à séria” nesses pequenos espaços, que são poucos. Posso dizer que candidatámo-nos a muitos mais, por isso mesmo é que hoje nos telefonaram, até achei que foi muito rápido, mas já me telefonaram hoje a dizer se estamos interessados noutros, disse que mantenho as indicações. Não me preocupa muito não ter, vou ser muito sincero, não ter delegação nesses jardins porque eu independentemente de ter ou não ter delegação estou em cima deles e, como vão ver, estou sempre a ver o que é que se vai passando, com os jardineiros e tal, e quando vejo dificuldades falo com a Câmara e com as entidades com que tenho de falar. Precisamente por causa disso é que agora estão umas pessoas da Câmara ofendidas comigo a nível dos técnicos dos jardins porque eu, eu não posso ficar de braços cruzados a ver as coisas a estragarem-se e tive de ir ao Director Municipal, como é evidente, tive de passar por cima deles. Eles: “Ah, não temos dinheiro, e tal, e agora”. Não aceito esses argumentos. E de maneira que pus uma empresa contratada por nós de imediato a avançar para alguns dos jardins que são da Câmara mas que fizemos investimentos significativos para não morrerem, enquanto que ela se reorganiza, porque não posso ficar a olhar para o lado à espera que aquilo morra, para dar tempo à Câmara para se organizar. Ficou combinado com o Director Municipal do Movimento Urbano, o Eng. Ângelo Mesquita. De qualquer forma, independentemente disso, candidatámo-nos ao Jerónimo Osório, a esses todos, à Avenida Vasco da Gama e da Avenida do Restelo, ao Ducla Soares, às Pracetas todas, à Duarte Pacheco Pereira, aos novos da António Nobre (...). Tudo isso candidatámo-nos ao ???, também precisava de uma manutenção, não é? Aquele do Largo Alves Miguel. Portanto, candidatámo-nos a esses jardins todos. Há um que não porque são os próprios particulares que estão a tomar conta dele, que é o Largo, enfim, a Rua Fernão Lopes Castanheda, que são os próprios moradores que estão a tomar conta daquilo, e portanto não vamos tocar nisso, está bem tratado, os próprios moradores estão a tratar daquilo, portanto deixá-los continuar. Mas temos indicação, a própria pessoa que é dinamizadora desse projecto já se prontificou para ser agora nossa assessora para os espaços verdes e está a colaborar connosco também na Freguesia geral, Alexandra Costa. De maneira que, portanto, jardins delegados são esses, mas eu estou em cima deles e já estou a trabalhar com isso. Ainda hoje estive na Câmara lá com o Director Municipal, com uma coisa e pedi para me marcarem uma reunião com a nova responsável dos jardins. Pronto, precisamente porque tinha algumas coisas para falar com ela. Estacionamento da Avenida do Restelo: o estacionamento da Avenida do Restelo também já estava, e está, tudo tratado, mas houve uns pequenos problemas com os técnicos lá de baixo que só punham problemas e questões quando esses problemas e questões já estavam resolvidos lá em cima. Eu disse: “Desculpe lá, deve ter havido um lapso...” Pronto! Entretanto já pus a questão na Sra. Vereadora que concordou comigo, mas os técnicos punham uma solução que era, também era muito bonita, mas a minha é a preferida, que é fazer um corte nos passeios, na Avenida do Restelo, por exemplo, para o estacionamento dos carros. Só que isso implica dinheiro, e não há dinheiro neste momento. Eu sou realista. Então o que é que ficou combinado? Há uma semana,

nem tanto... vamos pôr para já os tais sinais que existem a autorizar em cima do passeio, que é a promessa que temos, nem que seja provisoriamente. Quando houver dinheiro para fazer os cortes, far-se-ão os cortes, para os carros poderem estacionar ali. Agora, até lá, fica aquilo a legitimar o estacionamento, e isso também já nos dá outra legitimidade, quando entendermos que há carros em cima de relva, erva ou terra, porque também temos relva, em alguns casos, posso mostrar, mas erva, relva ou terra, nessas alturas já podemos chamar a polícia. Neste momento, nunca mais pedi à polícia para intervir, até termos essa situação resolvida, para haver uma alternativa. E portanto, neste momento está prestes a ser tratado o assunto do tal sinal, e resolvemos esta situação pelo menos quanto a esta questão. Diga, diga!

Presidente da Mesa: Sr. Fernando Costa, sem o microfone não vai ficar, tem de falar ao microfone.

Fernando Costa: Era só um alerta referente também a este tema do estacionamento em cima dos tais recortes. Na Avenida das Descobertas, junto aos semáforos cá de cima, há embaixadas e como sabe, quem sobe do lado direito. E o que é engraçado é que estão lá sinais de parqueamento para as embaixadas precisamente nos sítios onde os carros poderiam se parquear sem ser em cima da tal relva. Não entendo o critério que aquilo ali tem. Junto, quando se sobe a Avenida das Descobertas, de Algés, a Avenida das Descobertas, próximo à curva que se entra aqui para a rua, estão lá 2 embaixadas com o parqueamento, lá Parque da Embaixada, precisamente nos sítios onde os carros para estacionar têm de estacionar aí em cima da relva. É, é! Da relva que não existe, quer dizer, da suposta relva.

Presidente do Executivo: Isso aí respondo-lhe, isso aí são questões de segurança. Esses sinais em frente às embaixadas são para mais ninguém poder estacionar por questões de segurança em frente às embaixadas. Agora, não, também podem estacionar, não é o ideal, em cima do passeio mas sem ser em cima da relva. Conheço bem aquilo, ando lá a correr várias vezes. Agora esses sinais existem mais na Avenida das Descobertas, mas existe nesses 2 casos e tal, Dinamarca e Holanda, mas são pouco significativos e não têm que estar necessariamente em cima da relva. Não têm que estar em cima da relva. Bem, de qualquer forma... mas isso vai ser intervencionada essa questão, e nós vamos resolver isso como estamos a resolver. Sim, eu sei. Exactamente! Exactamente! Pronto, é questões de segurança, para mais ninguém poder estacionar nenhum carro ali, pronto, eles põem isso. Pois não, mas... pois...

Presidente da Mesa: Oh Sr. Fernando Costa... está bem!

Presidente do Executivo: Agora, se não proibirmos as pessoas de pôr os carros em cima da relva, das ervas ou da terra, é que nunca mais conseguimos arranjar aquilo. E neste momento posso-vos dizer que existem propostas bastante interessantes, não é só de uma pessoa, são de várias pessoas que moram ali naquela zona e que têm-nos agora feito propostas, e eu vou ver se vou aproveitar isso, por isso é que quero falar com as pessoas dos jardins, em que as pessoas se comprometem a arranjar os espaços que estão à frente das suas casas. Os

passeios das mesmas, coordenados por nós, como é evidente. Coordenados por nós... obviamente vão ter que pôr ali umas protecções para os carros não irem para cima da relva, mas temos tido várias pessoas a oferecerem-se porque realmente somos os primeiros a reconhecer: desde que a empresa que tratava daqueles espaços se foi embora, nunca mais se conseguiu pôr uma empresa a tratar daquilo a não ser esporadicamente, vão lá os homens da Câmara que são 8 jardineiros para tudo, para tratar daquela questão, vão mais para a Praça do Império, porque de facto mais ninguém conseguiu tratar daquilo e aquilo está abandonado. E é por isso que urge uma intervenção rápida e está tudo ligado à falta de dinheiro da Câmara. Agora, há uma coisa que é certa: a partir do momento em que a Câmara começou a contratar empresas para tratar dos jardins, não há dúvida de que aquilo melhorou bastante na altura. Depois, houve esses problemas de contratos, em que uns foram-se embora, deixaram aquilo depois abandonado, e realmente há que pôr ordem nesta matéria. Quanto ao Sr. Eduardo Lopes, quanto ao estacionamento da Universidade Moderna: bem, o estacionamento da Universidade Moderna é de um privado, é do tal dono Saraiva. Aliás não pertence... estava ligado, era sócio... bem, de umas pessoas que trabalhavam na Câmara aqui há uns anos, que trabalhavam na Câmara e que está muito ligado a obras aqui para a zona de Oeiras e Cascais e para esta zona de Algés e que está a fazer aquela obra na Casa do Governador da Torre de Belém. Neste momento, aquilo está tudo parado, foi embargado numa altura pela Vereadora Eduarda Napoleão, deitaram umas paredes abaixo que não deviam ter deitado, depois aquilo lá houve uma reformação e começaram a obra. Foram descobertas aquelas salgadeiras e de uma forma muito realista e, acho, positiva, o IPPAR percebeu aquilo, deixou uma ou duas às descobertas, tudo o resto, pronto, para não se inviabilizar aquele projecto e também não se destroem os vestígios daquele achado, realmente, que é histórico, é bonito e fica bem lá à vista de toda a gente. Portanto, em frente a esse hotel, que vai ser um hotel de charme, de facto, há muito tempo, e também sou o primeiro a lamentar, nunca mais se desenrasca essa questão do parque de estacionamento. Já enviei até o meu protesto ao Director Municipal do Planeamento Urbano, estivemos lá a ver aquilo e de facto, da parte de baixo existe o estacionamento, na parte de cima vai ser um jardim público com relva, não é bem relva, vão ser canteiros, que tem umas coisas em betão que vão ser cheias, uns canteiros grandes, que também vão ter relva e plantas e tal, e que vai ser um jardim bonito, na parte de cima público, na parte de baixo é um estacionamento pago que é privado, que também dá para o hotel e dá para o público em geral. Mas aí quero ver concretamente outra vez qual é o ponto da situação, por que é que aquilo está a demorar tanto, tanto, está a demorar imenso, mais do que ao meu gosto também, exactamente. Mas como sabe são obras privadas, enfim. Na parte lá de baixo, no Largo da Torre, na parte lá debaixo do Largo da Torre, eu até lhe posso contar porque, tiveram dois incêndios criminosos, eu aí, eu também sou bombeiro, pertença aos bombeiros de Campo de Ourique, eu cheguei lá num dos incêndios logo ao princípio, no segundo, aliás vi o pessoal do Regimento e dos Bombeiros todos em litígio na altura, no combate ao incêndio. Mas portanto aquilo foi, ficou muito destruído, já com esse segundo incêndio criminoso, até lá tem estado a mudar de mãos. De dono, várias vezes. Estava no Brasil, a Câmara avançou com as obras coercivas e teve de parar porque aquilo está a mudar de donos várias vezes. E de maneira que a situação é essa. E portanto... como? Pois, está bem, mas... é

como agora, a situação está indefinida, a Câmara também não tem dinheiro neste momento, as obras neste momento está tudo intervencionado para se assegurar a fachada para ver, quando aquilo tiver um dono, o que é que se pode fazer. Enfim, resolver aquela situação. É neste momento as informações que eu tenho. Obrigado!

Presidente da Mesa: Muito obrigada, Sr. Presidente! Há mais algum pedido de esclarecimento, em relação ao Ponto 1? Não havendo mais nenhum pedido de esclarecimento, eu passo de imediato à votação da Ratificação do protocolo de delegação de competências da Câmara Municipal de Lisboa na Junta de Freguesia para o corrente ano de 2006. Quem vota a favor? 7 votos a favor da Bancada do PSD e do CDS. Quem vota contra? Nenhum voto contra! Quem se abstém? Abstenções, 6 abstenções das Bancadas do PS, do PCP e do Bloco de Esquerda. Sendo assim foi aprovada, portanto, a ratificação do protocolo. Passo de imediato ao Ponto 2... ah! Sim, com certeza, Maria João Faria...

Maria João Faria: Portanto, a declaração de voto é no sentido de nós, de facto, estarmos de acordo com as delegações de competências para as Juntas de Freguesia. Aliás, ela começou no tempo da Presidência do Dr. Jorge Sampaio na Câmara Municipal de Lisboa. No entanto, como não estamos de acordo com a distribuição das verbas para os diferentes programas, abstivemo-nos.

Presidente da Mesa: Muito obrigada! Vai ficar em acta. Vou então, não havendo mais pedidos de declaração de voto, vou passar de imediato à discussão da segunda revisão orçamental de 2006. Aceito inscrições. Sr. Carlos Cosmelli. Mais alguém? Sr. Carlos Cosmelli, dou-lhe a palavra...

Carlos Cosmelli: Ora bem, a Bancada do Partido Socialista esteve a analisar esta revisão orçamental e concluiu que ela não traduz mais do que transferir do orçamento da Junta as verbas agora divulgadas. Parece-nos que deveria ter sido aproveitada esta modificação, esta revisão orçamental, para, conforme aqui foi explicitado, em Assembleias anteriores, tentar fazer algumas transferências de verbas, nomeadamente para as pequenas obras e reparações. Sra. Presidente, senhores membros do Executivo, meus caros colegas e excelentíssimo público: na realidade, isto é qualquer coisa de surrealista. Isto, estas verbas incertas aqui... e o meu colega do PCP já o disse, têm qualquer coisa que é profundamente errada. Ou seja, quando neste momento nós nos propomos gastar mais dinheiro para fazer actos de folclore do que para tratar de circunstâncias concretas da população, parece-nos que realmente não vamos a lado nenhum. Nós temos vindo a alertar que... pronto, são opções e obviamente esta é a opção deste Executivo, e este Executivo tem toda a legitimidade para realmente apresentar o que aqui está. Só que a nós não tem nada a ver com o nosso projecto, não tem nada a ver com a nossa situação. Nós entendemos que muito do que aqui está, e no momento especialmente de contenção orçamental que existe no nosso país, parece-nos que o erário público mais uma vez está a ser defraudado de verbas que eram bem mais importante serem canalizadas para o bem-estar das populações, nomeadamente com actos dirigidos às próprias populações, do que dividir algumas das verbas de transferências para programas de qualidade duvidosa, que depois ninguém sabe como é que são nem como é

que aparecem, para fazer mais uns livros e uns boletins. É pois nesse sentido que a Bancada do PS lamenta dizer que esta modificação orçamental é a continuidade de um orçamento de desastre que aqui foi apresentado. E quando eu oiço o Sr. Presidente da Junta dizer que a Câmara não tem dinheiro, isto está tudo muito mal, bem, eu digo-lhe: a gente ainda vai tendo algum dinheiro porque realmente vem vindo assim uns tostões da Câmara separados, e porque do mandato anterior ficaram mais de 300 mil euros. Porque se não tivesse ficado, se calhar teríamos de também aqui dizer que, se calhar também teríamos aqui de dizer que realmente... e eu rectifico, não foi do mandato anterior, foi do mandato anterior da coligação que estava entre o PS e a CDU. Porque realmente, e é fácil de ver, nós estivemos aqui na análise das contas e vimos que foram derretidos quarenta e tal mil contos... derretidos, isto é a palavra clara, foram derretidos em fachada, em nada que de concreto se visse. E por conseguinte, a nossa posição muito claramente é de dizer: andam os portugueses a fazer sacrifícios, e eu aqui nem sequer quero estar a defender o Governo. Sou obrigado a dizer que estão neste momento os portugueses a pagar as asneiras dos governos que o PSD e o CDS deixaram e obviamente que na Câmara, tal como aqui na Junta, quando o PS tiver de voltar para o poder, obviamente vamos ter novamente de levar com toda esta situação. É por isso que eu digo: ao menos gastem bem gasto o dinheiro. Eu estive aqui a ouvir a questão de jardins e mais jardins. Eu ainda hoje tive a oportunidade de passar na Vasco da Gama... nem preciso de passar na Vasco da Gama, basta chegar às traseiras do meu prédio para ver o que é a demagogia, e por conseguinte, Sr. Presidente, a única coisa que eu lhe tenho a dizer é que, se não mudar de caminho, realmente, olhe, pelo menos com os votos do PS não vai contar com certeza. Muito obrigado!

Presidente da Mesa: Muito obrigada! Há mais alguma inscrição? Sr. Chito Pereira...

Chito Pereira: Boa noite! Eu já tive a oportunidade de intervir aquando de uma Assembleia relativamente às contas e às despesas. É claro que eu não concordo com isto, espero, como disse na última Assembleia, que haja um melhor senso, um bom senso, porque se fez uma... fez-se uma legislatura para a qual nenhum de nós estava suficientemente preparado. Gastou-se inutilmente ou indevidamente, muito dinheiro. Algum foi gasto com muita acção positiva e saudável. Outro com finalidades promocionais. Portanto eu espero que agora a coisa entre no caminho. Ficaram cinquenta e tal mil contos ou cinquenta e dois mil. Gastou-se muito dinheiro indevidamente. Gostaria de continuar a dizer que há coisas na Freguesia que são muito importantes. Claro que já foram desviadas verbas, já foram aumentadas as verbas para a reparação de casas particulares. Na última Assembleia, o Sr. João Carvalhosa disse que ia ser aumentado porque iam fazer mais uma realização da Feira, enfim, não sei se é positivo se é negativo fazer mais uma realização assim "à papo-seco". De qualquer maneira, aquilo foi mais uma distribuição de verbas pelas rubricas. Eu gostaria de ver aumentada ainda essa verba da reparação das casas particulares degradadas. Gostaria de ver uns sanitários aqui em Belém, porque mesmo durante a semana, e agora já tenho trabalhado menos, vou para ali às vezes durante a semana, há muita gente ali que não tem sanitários em condições. Não vamos obrigar as pessoas ou quase obrigar as pessoas a ir a um restaurante, e obrigar depois as pessoas, como é

costume, a urinar e bebo um café, só para não... enfim, para deixar qualquer coisa mais. Era um berçário. Era que realmente nós aqui em Belém... nós, eu também tento ver relativamente... fez-se um estudo sobre reabilitação das ruas. Aquilo andou para ali negado positivamente. Na altura da campanha eleitoral, pôs-se para lá um bocado de alcatrão com pó talco. O estudo é um estudo que está muito bem feito, muito barato e que é uma maneira também que poderia ter sido, em princípio podia ter sido incluído, quanto a mim, nesses projectos, nesses dinheiros que a Câmara tem, porque o grupo Engenheiro da Somague que encabeçou aquilo está na disponibilidade de dar toda a colaboração, e nós pomonos também como voluntários nesse aspecto para ajudar. Mas claro que só daremos se houver receptividade honesta e justa da parte do Executivo, não prepotente e não interesseira das coisas. Portanto, eu como gosto de ser franco e aberto, é esta a situação e neste momento, não sei até que ponto, não vou reprovar, digo-lhe já, não vou reprovar o Orçamento, mas cá estarei para ver, daqui para a frente, se realmente há um melhor senso, se há uma melhor utilização dos dinheiros públicos, dos rendimentos... eu também digo uma coisa: o Sr. Presidente conseguiu arranjar muito dinheiro para a Junta além dos quarenta e tal, não se "rasgaram" todos... dos cinquenta e dois mil contos que ficaram disponíveis, sobrou algum. A Feira deu dinheiro... não acho justo que se gastem 4.200 contos numa festarola, numa comemoração do aniversário da Feira, aquilo é uma vergonha. Tem de haver contenção, para já porque a situação não é boa, financeiramente, em todo o lado. Por outro lado, ofende-me muito ver rasgar, pelo termo que a gente talvez já conhece de boca, rasgar papel, rasgar dinheiro, gastar dinheiro inutilmente. Portanto, era só isto que eu pedia realmente, um bom senso agora para esta legislatura e um melhor aproveitamento dos dinheiros e aplicação dos dinheiros também. Ah, outra coisa que também continua a existir, que é na Creche, no berçário, na creche, na natalidade, no bem-estar para os velhos, que eu também já lá estou. E portanto aí pedia o bom senso do Executivo. Muito obrigado!

Presidente da Mesa: Muito obrigada! Há mais algum pedido de esclarecimento? Não havendo eu passo a palavra ao Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Obrigado, Sra. Presidente! Bem, vou tentar responder o melhor possível. Começando aqui pelo Sr. Alves Coelho, já tinha há bocado falado, vou pegar aqui numa parte que o Sr. Carlos Cosmelli há bocado falou. Dizia-me que no orçamento... ah! Quanto a esta questão de transpor as verbas de protocolo para este orçamento, é evidente que esta revisão teve em conta isso pelo seguinte: é que nós quando já fizemos o orçamento já estávamos a contar com esta situação, mais ou menos. Portanto, pelo menos as nossas expectativas não ficaram muito abaixo do que tínhamos pensado. Portanto, quando nós fizemos, até se repararem até deixámos várias rubricas abertas com 1€ para de imediato, depois, acrescentarmos estas verbas... tínhamos uma expectativa que pelo menos essas nós conseguiríamos ter. E realmente tentámos dar uma certa ênfase e importância à verba em pequenas reparações ou obras municipais que, de facto, se tiverem atenção, verificam que foi uma das nossas prioridades no orçamento. E de facto estão aí previstas umas verbas muito significativas, e portanto ninguém nos pode acusar, e isso não quer dizer que ainda não vamos ter mais atenção para isso, porque temos uma verba especial cativa para factos

extraordinários que obviamente terá sempre que ser metida nessas situações porque nós não podemos ficar indiferentes se virmos uma pessoa com chuva em casa e que não tem meios para fazer obras. Portanto são aquelas emergências que nós aí temos de passar à frente de tudo essa situação. Portanto, a nossa prioridade, ao contrário do que dizem, de facto foi também pequenas obras nas casas. Obviamente que não vamos entrar aqui em demagogia e lá por isso também não podemos fazer mais nada, porque acho que as Freguesias, as Juntas de Freguesia têm um importante papel de dinamização da sociedade civil. E basta ver as pessoas que têm beneficiado das nossas acções no dia-a-dia para ver que é gente que não tem grandes recursos financeiros, e que a Junta para eles é bastante importante para poderem fazer uns passeios, estarem em momentos de boa disposição, para não ficarem fechados em casa. E de maneira que quando dizem que actos de folclore, e por acaso agora até tivemos um festival de folclore Minhoto, não sei se tiveram oportunidade de ver, foi lindo, no fim-de-semana, mas também estão a falar se calhar no folclore em geral, nas iniciativas do Belém Rugby, ou do Belém Vólei, ou de outro tipo de iniciativas, concertos com bandas e por aí afora. Isso também é importante, porque isso é tudo iniciativas que nós temos num plano integrado e que é importante. E de maneira que vamos continuar também a apoiar esse tipo de iniciativas que é muito importante para as pessoas. Agora, portanto, o que eu queria frisar é que, de facto, não se limitou a uma tradução mas quase, porque já estávamos a prever este tipo de verbas, pelo menos, ainda iremos ter mais, esperemos, por delegações de competências, mas pelo menos estas já estávamos a prever. Foi por isso que a ideia que se tem é essa. Obviamente que isto há sempre correcções que vamos fazendo e temos isso em devida atenção. No referendo, por exemplo, à Feira de Actividades, velharias e artesanato, tivemos agora a oportunidade de nos autorizarem mais 6 sessões extraordinárias, no terceiro domingo de cada mês. O que é que isto permite? Permite uma feira que está bonita e que está a funcionar e que é uma referência na cidade, pelo menos, continuar a ter um pouco mais visibilidade e também nos dá verbas que estamos a precisar para investirmos também noutras áreas, e nomeadamente até em reparações de casas, por exemplo. Permite-nos dar um reбуçado às pessoas que estão há muito tempo à espera por um lugar na feira, temos o dobro das pessoas para entrar. Agora, nesta fase de Verão, em que os dias são mais longos as pessoas poderem também participar na feira, satisfazer essas pessoas e contribuirmos um pouco para alegrar esta cidade que também precisa de iniciativas destas para ir vivendo mais feliz e mais contente. Quanto ao Sr. Chito Pereira, aquele estudo das ruas de Belém, referente ao Bairro de Belém. O Bairro de Belém de facto, tem, ainda continua a ter algumas dificuldades, mas cobrimos, podem lhe chamar eleitoralismo, podem chamar-lhe o que quiserem, também asfaltámos 3 ruas naquela altura, antes das eleições, que era um compromisso que tínhamos, e foi a contra-relógio mas conseguimos com as verbas da Feira Popular, que havia dificuldade mas conseguimos canalizar as verbas da Câmara na altura para estes projectos aqui na Freguesia. Agora, Bairro de Belém, realmente estivemos a tapar buracos, tapámos buracos importantes para que não houvesse buracos, isso foi feito, e foi isso que nos tínhamos comprometido com os residentes aqui. Por quê? Porque vamos iniciar muito em breve as obras do novo Centro Social da Junta de Freguesia aqui no Bairro de Belém e, como é evidente, quaisquer obras, e são 13 moradias também, e um jardim público

também no meio do Bairro de Belém, há 60 anos que aquilo era uma lixeira, estava abandonado, nunca ninguém tinha conseguido nada, conseguimos que o Instituto Nacional de Habitação não fizesse obras em toda aquela situação e fosse receptivo para se fazer este projecto. E de maneira que neste momento, o que se passa é que, neste momento, vai haver um estudo, mas vamos ter obras no meio do Bairro de Belém, que é para uma passagem de camionetas, obras e por aí afora, portanto não tinha lógica estarmos a arranjar as estradas agora, só depois desta fase que vai ser um pouco complicada, não dizemos que não, vamos tentar que os moradores tenham o mínimo de prejuízo possível, mas não se fazem omeletas sem ovos. E realmente aquilo é uma necessidade, tratar daquela zona central, aquilo vai ficar com um jardim lá no meio bem bonito. Mas portanto, penso que os buracos mais significativos na altura foram remendados, os buracos, portanto, expliquei na altura a situação. A creche é também uma das nossas preocupações e está incluída eventualmente naquela Escola de Belém, naquelas instalações, o que é que se há de fazer àquilo. A Comissão de Protecção de Crianças e Jovens está muito agarrada àquilo e quer lá ficar. Já disse que não pode ser, temos de dar uma utilização mais adequada àquelas instalações que são muito boas, estão ali numa zona privilegiada, e de facto temos projectos para aquela zona. Provisoriamente estive a dizer à Sra. Secretária de Estado e no dia da criança que eles estão lá provisoriamente, a Comissão Conjunta de Protecção de Crianças e Jovens. E de maneira que esperemos, eventualmente uma creche naquele sítio, ou noutra, mas é uma hipótese. Pronto, e de uma forma geral... eu só vos queria transmitir também aqui uma questão, é que as transferências de verbas públicas são feitas através de alterações orçamentais e não... e essas feitas a nível de Executivo e não da Assembleia de Freguesia. Portanto era isso que eu também queria referir aqui. E de maneira que tivemos em devida conta, tivemos em devida conta o orçamento que tínhamos, quando negociámos com a Câmara estas verbas não eram da Delegação de Competências, mas temos esperança de ainda conseguirmos mais algumas delegações de competências e as respectivas transferências de verbas, como é lógico. Porque vamos ser cientes: esta descentralização de tarefas, isto aqui é de facto, de tarefas da Câmara. E a Câmara, na sua livre disponibilidade, disposição, é que entende ou não transferir isto para as Juntas. Pronto, nós mantemos a nossa disponibilidade. Agora, também vos digo uma coisa: estou habituado a isso. Tudo o que se passa em Belém tem a ver connosco. Quer tenhamos, quer não tenhamos delegações de competências. Isso posso-lhes garantir. Portanto, isso para mim também não é um caso de vida ou de morte. Porque mesmo coisas na rua, e têm essa experiência, que até em momentos menos bons da Câmara, que estavam sem dinheiro, e nós também ajudámos em alguns casos que não eram tarefas nossas e podíamos cruzar os braços... dou-vos o caso da realização, por exemplo, de alguns prédios que fizemos, e até asfaltar algumas ruas... está bem, as verbas foram da Câmara, mas fomos nós que pedimos à Câmara para avançar com isso, de uma forma muito veemente, porque era muito importante, nunca mais me esqueço, aquela Rua Alexandre Sá Pinto, cada vez que passo por lá é uma alegria, ver aquilo realmente asfaltado, e esta aqui da DomingosTendeiro que é um elo de ligação aqui dentro da Freguesia. E parecia impossível. Só para vos dar uma informação: a Sá Pinto só asfaltar aquele bocado foi 50 mil contos. Só para se ter uma ideia dos custos que isto implica. Pronto, e se não fosse para aqui ia para outra Freguesia. Tivemos de

estar a puxar para aqui para a nossa Freguesia. E de maneira que era isto, Sra. Presidente, que eu queria frisar. Obviamente que estas são as nossas opções, são as opções do Executivo, que está no poder nesta Freguesia, ouvindo todos, como é evidente, somos a favor do diálogo, e agora nós vamos ouvir todos. Mas depois meus amigos, o poder decide-se, e uma pessoa... não há nada pior do que ter o poder e não decidir. E nós, de facto, depois decidimos. Bem ou mal, com as opções que nós achamos que são as correctas. Obviamente não estava à espera que a oposição também estivesse de acordo com todas as nossas opções. Acredito que estejam de acordo com algumas, não acredito que estejam sistematicamente contra. Mas pronto, de qualquer forma também vamos ser realistas. E de maneira que nada me admira, portanto, nesse aspecto, e de maneira portanto, que era isso que eu queria que os senhores membros da Assembleia de Freguesia tivessem presentes, que de facto, o que estamos a fazer é para o bem desta Freguesia e de toda a gente que aqui trabalha e mora. E até dos outros que vêm para aqui aos fins-de-semana passar uns momentos de lazer e que nós vamos contribuir de alguma forma também para lhes proporcionar bons momentos, como ultimamente também temos feito. Muito obrigado Sra. Presidente, era isto o que eu tinha para transmitir. E peço portanto aos senhores membros da Assembleia de Freguesia que sejam receptivos, portanto, a esta nossa mensagem, porque de facto é bastante importante para a execução do nosso programa que esta revisão orçamental pudesse merecer a confiança desta Assembleia, para continuarmos a prosseguir com esta nossa política. Muito obrigado!

Presidente da Mesa: Muito obrigada, Sr. Presidente! Temos ainda um pedido de esclarecimento do Sr. José Alves Coelho e depois do Sr. Chito Pereira. Dou-lhe a palavra, Sr. Alves Coelho...

Alves Coelho: Sra. Presidente, não é um pedido de esclarecimento, é uma intervenção. Ora bem, foi aqui... foram levantadas algumas questões na resposta do Sr. Presidente relativamente, portanto, aos assuntos que foram levantados. É evidente que quando aqui se fala em folclore, não é o acto folclórico em si, com o qual nós estamos de acordo. São as actividades folclóricas, mas folclóricas próprias. Não do folclore em si. Ora bem, eu relembro só que quando a Feira foi criada, foi aqui apresentado que a finalidade da Feira era gerar receitas que beneficiassem os moradores, em particular os mais carenciados. A Feira está a funcionar há imenso tempo e o que nós temos constatado quando são apresentadas as contas, é que as receitas geradas pouco mais cobrem do que as despesas, e portanto o fim para o qual foi criada a Feira não foi atingido. Por outro lado, o Sr. Presidente referiu que é uma grande preocupação do Executivo, a intervenção nas casas camarárias. Pois eu lembro que no Orçamento que foi apresentado, as verbas inscritas para as casas camarárias era de 1€. Esperou-se apenas que viesse o dinheiro do protocolo. Portanto, se havia uma preocupação muito grande, deviam ter havido verbas. O que havia orçamentado era para intervenção nas casas carenciadas no geral, não nas casas municipais. E continuamos a dizer que de facto a verba é muito pouca. Na próxima sessão, esperamos que nos apresentem qual é o plano de intervenção nas casas camarárias com as verbas que dispõem, para nós vermos, de facto, que tipo de intervenção vai existir. Por outro lado, o Sr. Presidente refere que a oposição deve

ver o que o Executivo faz, etc. e que nem tudo é mal feito, sim, nós estamos aqui para ver o que o Executivo faz, e não só. Estamos aqui para apresentar qual é a nossa posição relativamente àquilo que o Executivo faz, e por outro lado, apresentar quais são as questões que nós consideramos prioritárias em relação à intervenção na Freguesia, bem como também trazer a esta Assembleia situações que nos são apresentadas por pessoas que têm problemas particulares para resolver. E aquilo que nós temos constatado ao longo do tempo é que todas as situações que são aqui veiculadas pela nossa parte, não têm tido qualquer resposta. Vai-se adiando, quando voltamos a falar no assunto, é porque não sei quê está em aberto, mas de facto não há resposta e não há resolução para os problemas que têm sido levantados. E as questões que se vão levantar futuramente na Freguesia vão ser graves. Porque de facto, quando se falou aqui há pouco na aplicação da lei das rendas, com a qual o Sr. Presidente não está de acordo, provavelmente se calhar estava de acordo com a lei do PSD, de facto há nuance entre a lei do PSD e a lei do PS. É que a lei do PSD visava fundamentalmente a expulsão dos moradores das casas. A lei do PS, essa está mais virada para a elevação brutal do preço das rendas. Tem uma nuance, de facto. Mas isto sobre a população vai ter reflexos bastante graves. E de facto isto vai originar no futuro é que provavelmente vão haver muitos projectos para a Freguesia, só que qualquer dia não vamos ter é moradores para que esses projectos tenham aplicação, porque com a elevação brutal do preço das rendas, com uma política que neste caso, nesta lei que vai sair, tanto quanto nós sabemos, não são só os moradores que vão ser prejudicados, os pequenos proprietários também vão ser prejudicados. E portanto, isto não vai resolver problema nenhum, bem pelo contrário, vai agravar a desertificação da cidade de Lisboa, da nossa Freguesia em particular e cá estaremos para ver se não vai aumentar o número de casas que estão emparedadas, a especulação imobiliária e o direito à habitação que é um dos direitos que está consagrado na constituição, esse é apenas letra de forma.

Presidente da Mesa: Muito obrigada pela sua intervenção, obviamente não é um pedido de esclarecimento, é uma intervenção. Dou agora a palavra ao Sr. Chito Pereira...

Chito Pereira: Obrigado! Sra. Presidente, eu queria-lhe pedir, e manifestarmos a nossa disponibilidade... há bocado faltou-me o nome do Sr. Eng. Luís Vorm... portanto, nós estamos receptivos e disponíveis para ajudar, num plano integrado do bairro, relativamente às obras, percebo qualquer coisa, mas o Engenheiro percebe muito disso... reparos de ruas que não terão nada a ver com a movimentação do... de qualquer maneira ele percebe muito disto, será uma reunião que podemos, talvez, se entender, ter aqui e ver as possibilidades, a traçar um plano de futuro, um plano integrado para ou não se mexe ou se mexe em algumas ruas, porque o Orçamento que nós temos, que ele arranjou, é realmente um orçamento excepcional. Ainda há bocado fui ali pedir o nome Vorm, que não me lembrava, e o Sr. Álvaro falou-me que realmente... nós temos aqui um orçamento de 70.000€, 14 mil contos, que é um terço, praticamente, daquilo que se reparou e são 1700 metros de rua em que é tudo levantado, inclusivamente a pavimentação vai ser reparada, de uma forma mais conseguida para poderem passar, isso também é uma coisa para poderem falar também

numa reunião que possamos ter. Robustecer as ruas, de maneira a que depois possa haver uma movimentação de carros, uma coisa nunca impede nada uma vez que há esta abertura de fazermos uma reunião nesse sentido. A rua lá de cima custou quê? 50 mil contos, não foi? 50 mil contos a restauração... a Sá Pinto, 50 mil contos. Aqui são 1700... é tudo levantado, os passeios... é tudo feito novo por 14 mil contos, portanto... Outra coisa que eu queria pedir era vermos a possibilidade de se fazer ali os tais jardins. Há bocado não falou nos sanitários em resposta à minha observação, não falou dos sanitários aqui de Belém, que eu entendo, já tínhamos falado nisto. Ou um coreto, ou um anfiteatro, mas uns sanitários, tentar-se arranjar, não sei se há possibilidade agora dentro destas delegações, chamemos ou chamo, delegação de competência da Câmara, um nome qualquer... que realmente nos facultasse irmos desenvolvendo aqui o projecto dos sanitários ali, e é um sítio belíssimo... podemos desenvolver e é importante. É importante, durante a semana há muita gente aqui, cada vez haverá mais pessoas, há muitas outras coisas que já foram faladas, mas eu entendo que isto aqui que seria uma coisa que nos permitiria melhorar substancialmente as condições de vida aqui na nossa zona. Obrigado!

Presidente da Mesa: Muito obrigada! Dou a palavra ao Sr. Presidente!

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sra. Presidente! É só para... vamos começar aqui pelo Sr. Alves Coelho. Bem, eu fico estupefacto porque de facto não devemos estar a ver a mesma coisa, deve haver aqui uma confusão, admito que o erro seja meu... vamos lá a ver: nós tínhamos... e eu agora estou aqui, portanto... nós tínhamos aqui e com a primeira Revisão Orçamental chegámos ao 30 mil, oitocentos e cinquenta e tal euros, 30 mil, oitocentos e tal euros, que é uma das maiores rubricas que temos antes da delegação de competências para apoio à população carenciada, o que mostra claramente uma prioridade que nós temos aqui. Uma pessoa, um leigo, que olhe para isto, olha para os números e vai ver, o que é isto? 30 mil oitocentos e tal... ah! Habitação e população carenciada. Só acima disto existe o apoio social, que também é importante. Agora, realmente, é das rubricas mais significativas que temos aqui. E agora fazemos a segunda revisão orçamental e outra vez, imaginem, a rubrica mais significativa, a maior, é também as pequenas reparações e obras municipais. São 33.800€ que ficamos a ter. Mais os 30 mil e tal. Portanto, quem olhe para este orçamento, não é preciso ser um grande expert, basta saber números e saber contar e vê que a verba, a nossa opção foi claramente no apoio, nas pequenas reparações em obras das Câmaras Municipais. Isto é uma opção clara do nosso Executivo. Portanto, os números falam por si e não vou perder mais tempo com isso, devem ter feito confusão, não devem ter visto realmente o anterior. Mas mesmo que vissem só estes dois, está lá espelhada claramente a nossa intenção. Além do mais tivemos o cuidado de ter uma verba para emergências para realmente pelas razões que eu já disse, para ninguém ficar com chuva em casa, na altura crítica do Inverno, e se não houver dinheiro em mais nenhum sítio, pelo menos que a Junta possa intervir num primeiro momento para que essa pessoa possa continuar a viver com alguma dignidade na sua casa. Portanto, isto é uma prioridade nossa. Portanto, não percebo... estamos a falar de coisas diferentes concerteza, mas pronto. Até posso perceber as razões mas não vou desenvolver mais isso. Quanto ao Sr. Chito Pereira, bem, duas coisas: Primeiro, nós enviámos de facto em devido

tempo isso tudo e pareceu bastante bem elaborado, aliás, um homem da Somague, técnico, percebe bem do assunto e quisemos aproveitar isso e enviámos... parece-me um bocado ...mas vamos lá a ver se dá, não é? Lá só por ser baixo, se tiver viabilidade, óptimo, não é? Pronto, enviámos logo para a Câmara. De facto falhou um elemento, na altura nosso, que não foi enviado. E há uma semana ou isso telefonaram-nos da Câmara a pedir para enviarmos um mapa que não tinha ido. E eu dei indicações imediatamente para ser enviado para lá. Está neste momento dedicado a sinalizar. Pediram isso agora, tinha falhado ir numa primeira fase, numa parte do processo. Podemos falar nisso, posso me prontificar a arranjar uma reunião com a pessoa na Câmara que tem esse dossier para ver o que é que se pode fazer aqui e até ver se podemos, com o parecer dele, realmente não parece uma verba muito elevada para a Câmara e portanto poder-se fazer uma intervenção, enfim, naquele montante que ele está a dizer, é só explicar aos técnicos da Câmara essa hipótese. Isso podemos perfeitamente, porque nós mandámos para lá, o projecto é com esta finalidade, não é? Portanto, se estiverem interessados, se essa comissão de moradores levar avante, vamos falar nisso e fazer uma reunião lá com eles, para ver o que é que se passa, porque eles estão a mexer neste momento no assunto. Pelo menos pedirmos. Quanto à questão dos sanitários: nós temos dois sanitários com pessoas. É sempre difícil porque não funciona bem o horário e depois tem que ir embora para casa mais cedo, enfim, não é fácil. De facto, o que eu estava a pensar fazer, já na altura tinha falado com o Vereador António Carlos Monteiro na altura, é tentar arranjar aqui daqueles sanitários, uns dois talvez, aqui nesta zona do jardim, mas sem pessoal. O problema é que não há pessoal. Neste momento a Câmara não tem pessoal. E isso, como sabem, é complicado. Já não bastam as pessoas que lá têm neste momento na Câmara, cortou os contactos de prestação de serviços, há pessoas que não recebem há 4 meses. Porque não é uma questão de solvabilidade, porque a Câmara tem muito dinheiro, vai fazer operações de venda de património e vai cumprir isso rapidamente. E também há meses em que recebe mais dinheiro, agora está a receber o imposto municipal dos imóveis, vai receber agora no mês de Maio. Portanto, é uma questão pontual, portanto é uma questão de tesouraria. Não é de solvabilidade. De qualquer forma há uma questão que é realmente de pessoal, a Câmara tem pessoal a mais, mas para isto não tem porque e a alternativa, de facto, e isso acho que deveríamos aproveitar, arranjar uns sanitários sem pessoal, mas postos dentro aqui do jardim, uns dois talvez, de forma realista, distribuídos, um mais aqui e outro mais ali ao fundo onde é a Feira... sim...

Chito Pereira: É importante, é importante sanitários ali nem que sejam essas cabines. Agora, o que eu digo é realmente nos reunirmos e iniciarmos um projecto para uns sanitários ali. Iniciarmos um projecto e a Câmara... vamos lá a ver... não há dinheiro, eu também não tenho dinheiro, estou a ter prejuízo na minha actividade, estou farto de vender coisas minhas para me aguentar. Isto é temporário. Estou inclusivamente em negociação com outros produtos, é temporário. Agora, não vou é parar por isso. E portanto, eu ali o que vejo é... eu aqui já não, mas quase que posso garantir também... dentro daquele grupo que o Engenheiro Luís Vorm está decidido a apoiar e é tecnicamente extraordinário. (...) depende, pode aquilo ser tão barato, porque eu nunca entrei no sanitário da Feira e mesmo assim abria a porta e fechava-a imediatamente, mas também os da

Feira é algo excepcional porque aquilo também é muita gente ao mesmo tempo. Eu tenho a impressão que nunca fiz nada num sanitário e todos os meses temos ali sanitários. Era desenvolvermos isso, quer dizer, não é agora porque a Câmara não tem dinheiro, porque nós não temos dinheiro, porque não sei quê. As coisas arranjam-se, isto não está na falência. Está falido é em relação a pessoas que queiram fazer. Aí é que o país está falido e o descrédito que as pessoas têm no país. Isso é que é grave, quer dizer, os show off cada vez mais os vão adormecendo... agora esqueci-me de um termo lá da minha terra, não é bem adormecendo, vão por aí afora. É isso que eu gostaria depois na reunião e portanto encararmos os sanitários como uma viabilidade, tudo porque é necessário. Desde que seja necessário, tem de lhe ser atribuído viabilidade. Pronto, é só isso, obrigado!

Presidente do Executivo: Obrigado! Pronto, essa questão do... vamos lá a ver: o Coreto! Pensou-se em várias modalidades. O Coreto é uma coisa negativa. É que por exemplo, não permite bandas. O Coreto não permite bandas, por exemplo. Tem que ser uma meia-lua. Mas está a ver? O anfiteatro é uma coisa que eu estava... já várias vezes pensei que era isso que evoluía num espaço daqueles (...) por exemplo ao pé do Pavilhão Carlos Lopes. Há um anfiteatro, é fácil, é barato, é bonito, dá perfeitamente, acho que era uma coisa ali perfeitamente exequível. E isso dá para todo o tipo de espectáculos, desde a banda até ao concerto daqueles de músicas, pronto. Dá para tudo! Para concertos. Pronto! Esse tipo de anfiteatro dos jardins que é bonito e é perfeitamente enquadrável, penso eu, ali na paisagem naquele espaço. Mais aqui, não tirando aquela parte no meio da relva mas no outro lado, penso que é possível fazer um anfiteatro. Tem que se ver a questão paisagista, pronto. Agora, a história dos sanitários, o problema que existe é que não há pessoal para os sanitários para lá estar. Mas é uma coisa que se pode ver depois com a Câmara. Mas as indicações que eu tenho, temos tanta dificuldade com os que temos, e como sabe são duas pessoas já de idade, enfim, com algumas dificuldades, e é difícil ter aquilo aberto o tempo todo que nós gostaríamos, que às vezes é ridículo porque fecham precisamente quando há mais turistas, às vezes. E eu vou tentando controlar, nós vamos tentando controlar aquilo, de vez em quando, passamos por ali. Mas também vos sou muito sincero: não é o horário que eu fique muito satisfeito o que eles têm, percebe? Mas é o possível até pela célebre questão das horas extraordinárias. A Câmara agora, que é para tentar pôr alguma rigidez... ontem tive uma cerimónia da Câmara, por outras funções tive que lá ir, tive que correr para chegar lá antes das três e meia porque os homens iam-se embora por causa das horas extraordinárias. Não havia. E às três e meia iam-se embora, impreterivelmente. Portanto, a Câmara está neste momento numa situação de aperto... não é preocupante pelo seguinte: é que de facto a Câmara tem dinheiro, neste momento está com dificuldades na tesouraria e vai resolver isso. Acontece várias vezes. Pronto! E posso-vos garantir que a Câmara, mais tarde ou mais cedo vai ter meios para isso, é uma questão neste momento de conjuntura. Muito obrigado!

Presidente da Mesa: Muito obrigada, Sr. Presidente! Temos ainda um pedido de intervenção do Sr. Eduardo Mateus Lopes e depois do Sr. José Alves Coelho.

Eduardo Lopes: A questão que eu queria levantar é a seguinte: nos relatórios que têm sido apresentados, em relação às obras que desde a primeira reunião que aqui tivemos sempre foram reclamadas para as zonas degradadas, e tendo em conta que a Câmara ainda é um senhorio com alguma representatividade aqui na Freguesia, uma vez que está a passar essas responsabilidades para a Freguesia, eu gostava que a Câmara fizesse um plano da recuperação e da reparação dessas... e calendarizado. Senão a gente já estamos agora a meio do ano, ainda desde que aqui viemos ainda não se fez uma obra de reparação nas casas, ou muito pouco... não sei, no relatório que vejo não vi lá nada. Não vi lá nada sobre o assunto nos relatórios, não está lá nada a não ser umas festas, umas representações aqui ou acolá, é aquilo que eu vejo. As obras, portanto, eu acho que devia de haver um plano da intervenção que se ia fazer, uma vez que agora assumimos que a Câmara nos passa as obras, deveria fazer, e calendarizado, que é para a gente saber e como entidade fiscalizadora, digamos assim, que é a parte da oposição, nesta Assembleia, ter uma ideia de quando é que as coisas são feitas e quando estão a ser feitas e acompanhar esse andamento. Era isto só!

Presidente da Mesa: Muito obrigada! Sr. José Alves Coelho... espero que seja a última intervenção...

Alves Coelho: Sra. Presidente, esta intervenção é porque de facto o Sr. Presidente disse que eu tinha cometido um lapso, e depois admitiu que se fosse eu, de facto, é seu, porque pode depois consultar a gravação porque eu já me referi às verbas e de facto são essas duas verbas que aí estão inscritas para a intervenção nas obras, mas talvez seja bom não andar a mostrar o orçamento. Porque esse é negativo para si, porque quando diz que a prioridade são as casas camarárias e nós pegamos no orçamento, já aqui tivemos esta discussão anterior, aquilo que se gasta no Boletim e no Belém Vólei, é quantas vezes superior àquilo que se vai gastar na intervenção nas casas carenciadas.

Presidente do Executivo: Não é verdade...

Alves Coelho: Por outro lado... é verdade é! Faça contas.

Presidente do Executivo: Não é verdade!

Alves Coelho: Faça contas!

Presidente do Executivo: Isso é mentira, não é verdade!

Alves Coelho: O Belém Vólei tem neste momento orçamentado 36.000€. O Boletim...

Presidente do Executivo: E isto tem sessenta mil e tal...

Alves Coelho: Um momento...

Presidente do Executivo: As casas têm sessenta mil e tal...

Alves Coelho: Sim, mas vá somar ao resto. Vá somar agora com o Boletim.

Presidente do Executivo: É rubrica com rubrica...

Alves Coelho: Não, há as prioridades, é ver de facto onde o dinheiro é gasto, mal gasto, que é aquilo que nós dizemos. E o orçamento prova-o e já dissemos isso anteriormente e as revisões orçamentais não têm feito nenhuma correcção nesse sentido e aquilo que está perspectivado é a continuação. Por outro lado, aproveito também, porque o Sr. Eduardo não esteve cá, nós já solicitámos, penso que deve estar a fazer 6 meses, esse tal plano de intervenção, que espero que ainda surja antes de férias. Era só!

Presidente da Mesa: Muito obrigada! Eu penso que talvez seja a altura de nós pormos o Ponto 2, ou seja, a segunda revisão orçamental de 2006 à votação. E pergunto: Quem vota a favor? 7 votos a favor das Bancadas do PSD e do CDS. Quem vota contra? 6 votos contra das Bancadas do PS, do PCP e do Bloco de Esquerda. Portanto não há qualquer abstenção. Há um pedido de declaração de voto do Sr. Carlos Cosmelli...

Carlos Cosmelli: Sra. Presidente, senhores membros da Mesa, excelentíssimos membros do Executivo, caros colegas, excelentíssimo público: era óbvio que nós tínhamos de votar contra. O Sr. Presidente em tudo o que disse acabou por nos dar realmente razão. Ou seja, o Sr. Presidente ficou todo satisfeito porque no mandato anterior alcatroou a Rua Alexandre Sá Pinto, esquecendo-se que a Rua da Junqueira tem o triplo do tamanho da Alexandre Sá Pinto e foi no outro anterior, e a Avenida do Restelo, e a Avenida Vasco da Gama, e a Rua do Embaixador, etc, etc, etc. Depois, porque o Sr. Presidente falou aqui numa coisa que para mim é grave. Falou numa coisa que ele disse: Ah! Sendo uma verba que no caso de haver alguém que chova em casa... Bem, há sempre uma verba...

Presidente da Mesa: Oh Sr. Carlos Cosmelli, vou-lhe pedir para se cingir a uma declaração de voto...

Carlos Cosmelli: Mas é uma declaração... é a declaração de voto relativa a que efectivamente há situações que são graves, quando o Sr. Presidente diz que há sempre uma verba para eventualmente cobrir qualquer situação, eu pergunto como é que é isso. As verbas têm de estar cabimentadas, por isso tenho aqui uma ideia de saco azul, e isso para mim, cria dúvidas. Por outro lado, só para dizer que obviamente nós tínhamos de votar contra porque durante os mandatos do Partido Socialista, à frente desta Junta de Freguesia durante 11 anos, aquilo... a Coligação que existia colocou sempre como sua primeira prioridade as pequenas obras e reparações, nomeadamente nas habitações e há uma questão que é só esta: 6 ou 7 vezes mais em 1990 ou 91. E basta ver, é só pedir um histórico para confrontarem e verem. De maneira que, como é óbvio, são as opções. Uns optam por terem muitos boletins e terem muito folclore como eu disse ainda há pouco. Outros optam por fazer trabalho para a população, que foi aquilo... que foi a nossa opção. Tenho dito, Sra. Presidente! Muito obrigado!

Presidente da Mesa: Muito obrigada, Sr. Carlos Cosmelli! Não havendo pedidos de mais declarações de voto, eu vou dar por encerrada a Ordem de Trabalhos. Lembro os membros da Assembleia que temos agendada como Reunião de Junho já a data de 29 de Junho, condicionada ao calendário dos jogos do Mundial. Não havendo mais nada, dou por encerrada a sessão. São onze e um quarto. Muito obrigada a todos! Muito obrigada ao público pela sua presença! E até à próxima reunião.

(A sessão foi dada por encerrada às onze horas e quinze minutos)

A Presidente da Mesa

Eugénia Dantas O'Santos

A Primeira Secretária

O Segundo Secretário

Paula Aguiar de Carvalho

Carlos Ataíde Garcia